



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

EDITAL DE CONVITE Nº 01/2021

PROTOCOLO Nº 0030840-82.2021.8.16.6000

TIPO: MENOR PREÇO

REGIME: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

PRAZO DE EXECUÇÃO: 120 (cento e vinte) dias, conforme cronograma

PREÇO MÁXIMO: R\$ 252.206,43

(duzentos e cinquenta e dois mil, duzentos e seis reais e quarenta e três centavos)

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná torna público aos interessados que realizará licitação, cuja sessão ocorrerá, no dia, horário e local abaixo, em conformidade com a Lei Estadual nº 15.608/07, Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123/06, e demais legislações que regulamentam o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SONDAGENS GEOLÓGICAS E ESTUDOS GEOTÉCNICOS NOS TERRENOS DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DOS FÓRUMS DAS COMARCAS DE JANDAIA DO SUL, COLORADO, LOANDA, MARIALVA, PRUDENTÓPOLIS, QUEDAS DO IGUAÇU E SÃO MATEUS DO SUL

DESTINO: DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

DATA DA ABERTURA: (SESSÃO EXCLUSIVAMENTE ON LINE) 08/06/2021 às 14h00min (catorze horas), horário de Brasília, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nessa data.

LOCAL: Auditório do Departamento do Patrimônio, 4º andar, sito na Rua Álvaro Ramos, nº 157, Centro Cívico, Curitiba, CEP 80.530-190, com transmissão da sessão, ao vivo, pelo portal <https://equinox.tjpr.jus.br/portal/tenants/tjpr/>, conforme data e horário definidos acima.

O edital e as especificações estarão à disposição das empresas interessadas no "site" do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná: www.tjpr.jus.br/editais no endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br, nome do cliente "Paraná Tribunal de Justiça", no portal, www.bb.com.br ou poderão ser solicitados no endereço eletrônico: licit@tjpr.jus.br.

O edital encontra-se à disposição na Divisão de Licitações para consulta, no endereço acima mencionado e, poderá ser adquirido no mesmo local, mediante o recolhimento de R\$ 5,00 (cinco reais) através de guia ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, de acordo com a Portaria nº 09/00. Para a obtenção da referida guia o interessado deverá acessar o "site" www.tjpr.jus.br, Guias de Recolhimento, através dos links "Despesas Administrativas - TJPR", "Cópias de Editais de Licitação", Unidade: DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO, preenchendo o campo Observação com a especificação do recolhimento: modalidade e número da licitação, razão social, número do telefone, endereço eletrônico e responsável para contato, e o campo EDITAL DE LICITAÇÃO FORNECIDO POR MÍDIA com o valor de R\$ 5,00, clicar em Avançar, e, após, clicar em Gerar Boleto.

Responsável pelos esclarecimentos: Departamento de Engenharia e Arquitetura.

CAPÍTULO 1 - DO OBJETO

1.1. O objeto da licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SONDAGENS GEOLÓGICAS E ESTUDOS GEOTÉCNICOS NOS TERRENOS DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DOS FÓRUMS DAS COMARCAS DE JANDAIA DO SUL, COLORADO, LOANDA, MARIALVA, PRUDENTÓPOLIS, QUEDAS DO IGUAÇU E SÃO MATEUS DO SUL.**

1.1.1. Faz parte do escopo da contratação:

- 567 (quinhentos e sessenta e sete) metros de sondagem SPT;
- 14 (quatorze) ensaios de prova de carga estática sobre o terreno de fundação – executado de acordo com a NBR 6489;
- 14 (quatorze) ensaios de granulometria – executado de acordo com a NBR 7181;
- 42 (quarenta e dois) ensaios de Limite de Liquidez – executado de acordo com a NBR 6459;
- 42 (quarenta e dois) ensaios de Limite de Plasticidade – executado de acordo com a NBR 7180;
- 42 (quarenta e dois) ensaios de Resistência ao Cisalhamento; e
- 42 (quarenta e dois) ensaios de Adensamento.

1.1.2. O objeto da presente contratação destina-se às Comarcas indicadas na tabela abaixo:

SEQUÊNCIA DE EXECUÇÃO	COMARCA	ENDEREÇO	ÁREA DO TERRENO (M²)
1	Jandaia do Sul	Av. Anunciato Sonni, S/N	6.346,33
2	Marialva	Rua Keiko Shin-Ike, Matrícula nº 29.562	6.901,00
3	Colorado	Rua Rafaini Pedro, 41	10.902,00
4	Loanda	Rua Paranavaí, Matrícula nº 10.940	7.056,00
5	São Mateus do Sul	Rua Maria Paulina Wolter, Matrícula nº 23.311	6.000,00
6	Prudentópolis	Av. São João, S/N	8.108,70
7	Quedas do Iguaçu	Rua Seringueira, Matrícula nº 16.750	6.000,00

1.2. Para fins do presente certame será CONTRATADA uma única empresa para que se preserve a padronização e compatibilização dos serviços.

CAPÍTULO 2 – DAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

2.1. Quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários a respeito do presente Edital serão prestados aos interessados pela Divisão de Licitações do Departamento do Patrimônio, no endereço apontado no início deste instrumento, das 12h00min (doze horas) as 18h00min (dezoito horas), dos dias úteis, ou pelo telefone (41) **3250-6541**, ou ainda, por meio do endereço eletrônico licit@tjpr.jus.br.

2.2. Eventuais dúvidas sobre o objeto e especificações do presente procedimento, poderão ser encaminhadas ao endereço eletrônico - licit@tjpr.jus.br, à Divisão de Licitações. Os questionamentos, quando formulados por escrito, deverão apresentar o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a razão social da empresa, número do CNPJ, telefone, endereço eletrônico e fac-símile para contato, observando-se o horário das doze (12h00min) as dezoito (18h00min), dos dias úteis.

2.2.1. Orientamos aos interessados em participar desta licitação a efetuar a retirada do presente edital pelo site www.tjpr.jus.br/editais, bem como a periódica consulta

ao instrumento convocatório, uma vez que o mesmo poderá estar constantemente sendo atualizado com informações adicionais, tais como, ofícios circulares, despachos homologatórios, dentre outros.

2.3. As respostas a todos os questionamentos (dúvidas ou esclarecimentos) estarão disponíveis aos consulentes e interessados, no site www.tjpr.jus.br – “Licitações” e passarão a integrar o edital.

CAPÍTULO 3 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1. Decairá do direito de impugnação e formulação de questionamentos aos termos do Edital, apontando as falhas e irregularidade que o viciaram, aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura do presente certame.

3.2. Quaisquer outras manifestações formais subsequentes ao prazo do item anterior serão recebidas apenas como meros pedidos de esclarecimentos.

3.3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado.

3.4. Deverá a Administração julgar e responder à(s) impugnação(ões) em até **03 (três) dias úteis**.

3.5. Julgada a impugnação, a Administração procederá nos termos dos §§ 3º e 4º do artigo 72 da Lei Estadual nº 15.608/07.

CAPÍTULO 4 - DA PARTICIPAÇÃO

4.1 A participação presencial de eventuais interessados neste procedimento licitatório será vedada, em virtude da Pandemia de Covid-19, sendo que o acompanhamento da sessão de julgamento poderá ser realizado ao vivo, através de transmissão virtual pelo portal <https://equinox.tjpr.jus.br/portal/tenants/tjpr/>.

4.2. Para participar da licitação, a empresa interessada poderá indicar pelo menos um procurador devidamente identificado, o qual será admitido a intervir no procedimento licitatório no interesse da representada, indicação esta que deverá estar inserida no envelope “01” – PROPOSTA COMERCIAL ou ser apresentada no momento da abertura.

4.3. Caso haja o interesse do representante ou procurador em manter contato com a Comissão de Licitação durante a sessão, inclusive para apresentar eventuais considerações a serem registradas em Ata, este o deverá fazer através do e-mail licit@tjpr.jus.br ou dos telefones (41) 3250-6542 e (41) 3250-6510, seguindo as orientações do Presidente da Comissão de Licitação.

4.4. A representação dar-se-á pela apresentação da seguinte documentação:

a) Procuração do representante legal (conforme modelo em anexo).

b) Cópia da Certidão Simplificada ou de Inteiro Teor da empresa proponente, expedida pela Junta Comercial ou repartição competente, dentro de seu respectivo prazo de validade, se expresso. Não havendo menção quanto ao prazo de validade, a certidão deverá ser expedida até 2 (dois) meses anteriores à data da apresentação, cujo término se dará no mesmo dia da data da expedição.

b.1) Se a licitante estiver representada pelo próprio sócio, deverá apresentar tão somente a Certidão Simplificada da Junta Comercial da empresa proponente, observado o mesmo prazo de expedição do item “b” supra.

b.2) Caso o outorgante não conste do quadro societário da empresa, além do documento exigido no item “b” supra, deverá ser apresentado documento que comprove que o mesmo detém poderes para tanto.

c) Os representantes legais das empresas e/ou procuradores, se presentes, deverão exhibir documento de identidade ou equivalente.

4.5. É dever do(s) representante(s) legal(is) zelar pelo gerenciamento e manutenção do registro do endereço.

4.6. A fotocópia exigida na letra “b” do subitem 4.2 deverá estar devidamente autenticada por oficial público ou por membro da Comissão, mediante cotejo da cópia com o original.

4.7. É vedada a participação, direta ou indiretamente, de empresas:

- a) com seus cadastros suspensos ou cancelados e/ou que tenham sido declaradas na forma do inciso V do artigo 150 da Lei Estadual nº 15.608/2007;
- b) punidas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal de Justiça, na forma do inciso III do artigo 150 da Lei Estadual nº 15.608/2007, enquanto durar a penalidade;
- c) punidas com a sanção prevista na letra anterior (b), durante o prazo de vigência de igual sanção imposto por órgão ou entidades do Estado do Paraná, nos termos do artigo 155 da Lei Estadual nº 15.608/2007;
- d) impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná, conforme artigo 7º da Lei Federal 10.520/2002;
- e) punidas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal de Justiça, na forma do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, enquanto durar a penalidade;
- f) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual, Municipal, direta ou indireta, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;
- g) estejam constituídas sob a forma de consórcio.

4.8. Serão impedidas de contratar com a Administração, as empresas que apresentarem registro no Cadastro Informativo Estadual- Cadin no momento da homologação da licitação ou da assinatura do contrato, nos termos do art. 3º da Lei Estadual nº 18.466 de 24/04/2015, c/c. art. 7º do Decreto Estadual nº 1933 de 17/07/2015.

CAPÍTULO 5 – DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

5.1. No dia, hora e local mencionados no início deste edital reunir-se-á a Comissão de Abertura de Propostas, Habilitação Preliminar e Julgamento de Licitações nas Modalidades de Convite, Tomada de Preços e Concorrência, para proceder ao recebimento dos dois invólucros **fechados**, com a seguinte identificação externa:

a) ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL

RAZÃO SOCIAL E CNPJ DA EMPRESA
CONVITE Nº 01/2021

b) ENVELOPE Nº 02 – HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL E CNPJ DA EMPRESA
CONVITE Nº 01/2021

5.2. Os envelopes “01” e “02” devem ser entregues até o dia e horário indicados no preâmbulo deste Edital, **PREFERENCIALMENTE POR VIA POSTAL OU QUALQUER OUTRO MEIO DE TRANSPORTE DE CARGAS OU ENCOMENDA**, na Rua Álvaro Ramos, nº 157, Centro Cívico, Curitiba, CEP 80.530-190, aos cuidados da Divisão de Licitações do Departamento do Patrimônio, **sendo vedado o seu encaminhamento em momento ou a local diferente**. Será possível, excepcionalmente, a **ENTREGA PRESENCIAL, MEDIANTE AGENDAMENTO PRÉVIO**, através do telefone (41) 3250-6541, das 12:00 às 18:00 horas.

5.2.1. A entrega dos envelopes deve observar o horário de funcionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, das 12h00min (doze horas) às 18h00min (dezoito horas), seja para a realização de entrega por intermédio dos Correios ou diretamente na Divisão de Licitações.

5.3. Não serão conhecidas as propostas cujos envelopes sejam encaminhados via Centro de Protocolo Judiciário.

5.4. Antes da abertura dos envelopes “01” (proposta comercial) e “02” (documentos habilitação), deverão ser os invólucros rubricados pela Comissão e, facultativamente, pelas licitantes presentes.

5.5. Poderá a Comissão entrar em contato com o representante da licitante para sanar dúvidas quanto à identificação dos envelopes, antes do horário previsto para o início da sessão, caso constatem alguma desconformidade.

5.6. Depois da hora marcada para o início da reunião, nenhuma outra proposta será aceita, bem como, não serão permitidos adendos, acréscimos, substituições ou esclarecimentos sobre as propostas regularmente recebidas, a não ser aqueles expressamente solicitados pela Comissão, sobretudo quanto à regularização de falhas meramente formais da documentação.

5.7. Visando assegurar a celeridade dos trabalhos, a licitante poderá se fazer representar remotamente, na forma do Capítulo 4 deste edital, através de seus representantes legais ou procuradores, sendo **facultada** à empresa participante, na hipótese de impossibilidade destes, a apresentação da declaração de renúncia ao prazo recursal referente às fases classificatórias (comercial e habilitação), conforme modelos em Anexo.

5.7.1. À Comissão de Licitações é facultado contatar as empresas licitantes para solicitar renúncia ao prazo recursal.

5.8. O procurador nomeado deverá ter poderes para manifestar desistência dos prazos recursais e somente poderá se manifestar em nome de uma única empresa, assim como o representante legal.

5.9. Deverão ser vistados e rubricados pela Comissão e, facultativamente, pelos representantes das empresas participantes, todas as propostas comerciais e os documentos de habilitação analisados.

5.10. Da(s) reunião(ões) de recebimento, abertura de propostas e habilitação preliminar, lavrar-se-á(ão) ata(s) circunstanciada(s), na(s) qual(is) ficarão relatadas todas as ocorrências e, em havendo o interesse do procurador em assiná-la, deverá formalizar solicitação para o endereço de e-mail licit@tjpr.jus.br, sendo a assinatura oportunizada pela Comissão de Licitação, mediante cadastro do interessado como usuário externo no sistema SEI através do link <https://sei.tjpr.jus.br/externo>.

5.11. A(s) ata(s) será(ão) disponibilizadas no site www.tjpr.jus.br/editais, para acesso livre, logo após o encerramento da sessão pública.

CAPÍTULO 6 – DA PROPOSTA – primeiro invólucro

6.1. A proposta comercial deverá ser digitada ou elaborada por qualquer modo de impressão, preenchida com clareza, sem emenda, rasura, acréscimo ou entrelinha, em folhas rubricadas, preferencialmente numeradas, sendo a última datada e devidamente assinada, na qual deverá conter **obrigatoriamente**, sob pena de desclassificação:

a) Razão social ou denominação da licitante e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda.

b) Declaração na qual conste (sob as penas da Lei), que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (modelo em anexo), com validade de 01 (um) mês, contado a partir da data de sua assinatura.

c) Proposta de preços (modelo em anexo) contendo a descrição do objeto e o preço global cotado em moeda nacional, do qual será obtido percentual de desconto em relação ao preço máximo da licitação, o qual será aplicado linearmente em relação aos preços unitários estabelecidos na planilha orçamentária referencial constante no Anexo deste Edital.

c.1) O valor cotado deve conter, no máximo duas casas decimais após a vírgula (R\$ 0,00), em algarismos e por extenso, prevalecendo este último, em caso de divergência.

c.2) O valor da proposta apresentada não poderá ultrapassar o valor máximo estipulado do preâmbulo do presente Edital, sob pena de desclassificação.

c.3) Para apresentação da proposta, a empresa deverá considerar todos os elementos relativos à realização dos serviços, tais cópias, aprovações nos órgãos competentes, os deslocamentos, ART's, serviços, materiais e armazenamento,

equipamentos, ferramentas, mão-de-obra, encargos sociais e despesas indiretas, encargos fiscais, seguros, licenças, alvarás, e tudo mais que for considerado necessário à sua completa execução, inclusive analisar as obrigações da **CONTRATADA** constantes da respectiva cláusula da minuta contratual.

c.4) A proposta deverá ser rigorosamente efetuada com base nos elementos fornecidos pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça do Paraná.

6.2. A apresentação da proposta implicará em:

a) Prazo de validade da proposta de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame, conforme previsto no art. 69, § 2º da Lei Estadual nº 15.608/07.

b) Conhecimento e aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas por este Edital e seus Anexos, sujeitando-se à fiscalização pelo Tribunal de Justiça.

c) Conhecimento dos serviços, encargos gerais, especificações, quantitativos, e condições para execução dos serviços, sujeitando-se ao gerenciamento e fiscalização do Tribunal de Justiça.

d) Conhecimento de que o prazo para a execução dos serviços é de 120 (cento e vinte) dias, distribuídos em 7 etapas, conforme cronograma (em Anexo) com início a partir da data estipulada na ordem de execução dos serviços

e) Inexistência de fato impeditivo à habilitação neste certame, e ciência da obrigatoriedade de informar acerca de ocorrências posteriores.

f) Observância a todas as especificações constantes nos elementos técnicos descritos.

g) Responsabilidade pela fidelidade e veracidade dos documentos apresentados.

h) Declaração de que conhece as condições locais para a execução do objeto e entrega da obra.

6.3. A proposta apresentada deverá refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação, e atender ao disposto no artigo 31 da Lei Federal nº 8.078/90.

6.4. A empresa deverá analisar e endossar os dados, diretrizes e exequibilidade do referido objeto, apontando com antecedência os pontos que eventualmente possa discordar, responsabilizando-se, conseqüentemente, por seus resultados para todos os efeitos futuros.

6.5. As quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços deverão ser conferidas pela Proponente, a qual não poderá arguir omissões, enganos ou erros para alterar, posteriormente, a proposta ou o seu valor.

6.6. Caso a licitante deseje usufruir das prerrogativas conferidas pela Lei Complementar nº 123/06, deve apresentar declaração afirmando enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte (modelo em anexo).

6.6.1. Caso a licitante que tiver indicado na proposta seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte possua alguma irregularidade quanto à documentação de habilitação (somente quanto à regularidade fiscal), deverá fazer a devida ressalva na declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação.

6.7. Se a empresa licitante desejar apresentar procurador, observar o disposto no Capítulo 4 deste Edital.

6.8. Sugere-se a indicação de ambiente físico ou virtual de comunicação à distância (modelo em anexo).

6.9. Para atender as condições estabelecidas no Decreto Estadual nº 1261/03 e Convênio ICMS nº 26/03, as empresas paranaenses deverão apresentar propostas já com o valor líquido, ou seja, sem carga tributária do ICMS.

6.10. A empresa vencedora obrigará-se-á, com integral obediência às normas avençadas em relação aos elementos fornecidos, a responder pelo cumprimento da proposta apresentada.

CAPÍTULO 7 – DA HABILITAÇÃO – segundo invólucro

7.1. O envelope de Habilitação, referente à documentação comprobatória da habilitação jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira, deverá conter,

obrigatoriamente, sob pena de inabilitação, os documentos dos itens a seguir relacionados.

7.1.1. Para Comprovação da HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Certidão simplificada ou de inteiro teor expedida pela Junta Comercial ou repartição competente, registro comercial no caso de empresa individual ou, se prestadora de serviços, registro junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos, dentro do prazo de validade, observado o contido no item 7.10.

b) Em se tratando de **sociedade empresária**, Estatuto Social ou Contrato Social, em vigor, com todas as suas alterações, devidamente registrado, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou com a última alteração acompanhada do contrato social consolidado;

b.1) No caso de **sociedade simples**, inscrição do ato constitutivo acompanhado de prova de administrador(es) em exercício;

b.2) Se **empresário individual**, inscrição comercial devidamente registrada;

b.3) Tratando-se de **empresa ou sociedade estrangeira** em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

c) Declaração expedida conforme modelo constante Anexo V, com validade de 01 (um) mês, contada a partir da data de sua assinatura;

7.1.2. Para Comprovação da REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda;

b) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

c) Certidão Negativa de Tributos Municipais do domicílio ou sede do licitante;

d) Certidão Negativa de Tributos Estaduais do domicílio ou sede do licitante;

e) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União¹;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

g) Prova de inscrição no cadastro municipal de contribuintes relativo ao domicílio sede do licitante.

7.1.3. Para Comprovação da QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão(ões) negativa(s) de pedido de recuperação judicial e falência, emitida (s) pelo Distribuidor da Comarca onde está sediada a empresa, dentro de seus respectivos prazos de validade, se expressos, observado o contido no item 7.10.

7.1.4. Para Comprovação da QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Termo de Nomeação, assinado por todos os profissionais indicados, conforme modelo em anexo, devendo constar:

I – 1 (um) profissional legalmente habilitado a ser designado como responsável técnico pela execução da Sondagem SPT;

II – 1 (um) profissional legalmente habilitado a ser designado como responsável técnico pela execução dos Ensaio Geotécnico de Laboratório;

III – 1 (um) profissional legalmente habilitado a ser designado como responsável técnico pela execução da Prova de Carga Estática.

a.1) A empresa atenderá a exigência do edital quanto à nomeação dos responsáveis técnicos desde que haja, **NO MÍNIMO**, 01 (um) profissional que atenda aos requisitos para cada especialidade.

¹ De acordo com a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014, a qual abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

- a.2)** Consideram-se como legalmente habilitados os profissionais devidamente registrados em seus órgãos de classe.
- a.3)** Todos os profissionais nomeados, desde que habilitados, poderão ser nomeados para mais de uma responsabilidade.
- a.4)** Todos os profissionais listados nos incisos da alínea “a” podem pertencer ao quadro permanente da empresa ou serem contratados como autônomos;
- a.5)** Os profissionais nomeados a serem designados como responsáveis técnicos devem preencher os requisitos previstos nas resoluções do CONFEA que dispõem sobre a regulamentação da atribuição de títulos, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no sistema CONFEA/CREA. Os profissionais nomeados de arquitetura, a serem designados como responsáveis técnicos, devem preencher os requisitos previstos nas resoluções do CAU que dispõem sobre a regulamentação da atribuição de títulos, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no sistema CAU. Portanto deve ser caracterizada a correlação entre a atribuição necessária para a atividade a ser desenvolvida e a respectiva atribuição de competências no âmbito de abrangência do campo de atuação do profissional, dentro de seu respectivo órgão de classe que o habilite para a execução e responsabilidade técnica pelo serviço, inclusive aquelas enquadradas como especialização com a peculiaridade de estender-se a mais de uma profissão, como as atividades relacionadas à Segurança do Trabalho, por exemplo.
- b)** Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA ou Certidão de Registro de Empresa junto ao CAU ou do órgão de classe vinculado que o habilite para a execução e responsabilidade técnica pelo serviço, dentro do prazo legal de sua vigência, observado o contido no item 7.10.
- c)** Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao CREA, referente aos responsáveis técnicos de engenharia e Certidão de Registro e Quitação emitida pelo CAU, referente aos responsáveis técnicos de arquitetura ou do órgão de classe vinculado, dentro do prazo legal de sua vigência, observado o contido no item 7.10.
- c.1)** O vínculo contratual ou empregatício dos profissionais responsáveis nomeados deverá ser demonstrado até 10 (dez) dias após a assinatura do termo contratual objeto da presente licitação, pela apresentação de um destes documentos: Contrato Social (no caso de sócio da empresa), CTPS ou Contrato de Prestação de Serviços.
- c.2)** Se houver necessidade de substituição do responsável técnico nomeado, o substituto deverá apresentar a documentação técnica conforme exigidos no presente edital, a serem submetidos à análise e aprovação do Tribunal de Justiça.
- d)** Compromisso de participação do pessoal técnico nomeado pela proponente, no qual declarem que participarão, permanentemente, a serviço da empresa, do objeto desta licitação, devendo estar disponíveis e a pronto atendimento quando solicitado, a pedido da fiscalização do Tribunal. Se houver alteração no quadro de responsabilidade técnica da empresa, o substituto deverá possuir o acervo mínimo exigido na licitação e aceito pelo Tribunal de Justiça, sob pena de inabilitação ou rescisão contratual (modelo em anexo).
- 7.2.** O CNPJ que deve constar nas certidões será da matriz, se o licitante for a matriz e o CNPJ que deve constar nas certidões será da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz (FALÊNCIA – FEDERAL – FGTS – TRABALHISTA);
- 7.2.1.** Caso a arrematante possua matriz e filiais na data da habilitação e participe da licitação com o CNPJ de uma delas, poderá executar o contrato e emitir as respectivas faturas com o CNPJ da outra, desde que comprove os requisitos de habilitação de ambas e indique em sua proposta o CNPJ (da matriz ou filial) que será utilizado para o faturamento, discriminando o item ou lote respectivo, quando for o caso.
- 7.3.** A falta de documento de habilitação que conste no sistema SICAF e esteja dentro de seu prazo de validade poderá ser suprida pela Comissão, mediante consulta ao referido sistema e retirada do documento faltante, desde que este

possa ter sua autenticidade conferida via internet ou mediante cotejo com o original durante a sessão de julgamento.

7.4. Serão aceitas fotocópias da documentação prevista neste Capítulo, desde que devidamente autenticadas por oficial público ou por Membro da Comissão, mediante cotejo da cópia com o original, no momento da abertura do envelope relativo à documentação.

7.5. No caso de certidão obtida via internet, as mesmas estarão sujeitas à verificação de sua validade e autenticidade pela Comissão antes do julgamento do certame.

7.6. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresas ou empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos do art. 43 §1º da Lei Complementar nº 123/2006.

7.6.1. A ausência de regularização da documentação, no prazo previsto no item acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.7. Quanto à regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte poderão sanear defeitos constatados na habilitação apenas se apresentarem na sessão todos os documentos previstos neste Capítulo, mesmo que contenham algum vício sanável.

7.8. Permanecendo o defeito na documentação, a Comissão declarará a empresa inabilitada e procederá a convocação da licitante subsequente para análise da documentação.

7.9. A falta de quaisquer dos documentos aqui exigidos (exceto as declarações de renúncia ao prazo recursal, modelo em anexo) ou sua apresentação em desconformidade com o presente Edital implicará na inabilitação da licitante, ressalvado o contido nos itens 7.5. a 7.8.

7.10. Toda a documentação apresentada deverá estar em pleno vigor. Documentos expedidos por órgãos oficiais, omissos quanto ao prazo de validade, serão aceitos por 02 (dois) meses contados a partir da sua expedição, à exceção dos Atestados de Capacidade Técnica e Certidões de Acervos Técnicos e disposição em contrário neste edital.

CAPÍTULO 8 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA HABILITAÇÃO

8.1. Tornado público o conteúdo dos envelopes (proposta comercial e habilitação), a Comissão divulgará o resultado de cada uma das fases do procedimento, indicando as empresas classificadas e desclassificadas, bem como as habilitadas e inabilitadas.

8.2. O julgamento das propostas comerciais e documentação de habilitação caberá à Comissão de Abertura de Propostas, Habilitação Preliminar e Julgamento de Licitações nas Modalidades de Convite, Tomada de Preços e Concorrência, após instruído o respectivo processo, fundamentado no parecer técnico do Departamento de Engenharia e Arquitetura, considerando-se vencedora a licitante que apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração, dentre as que fielmente obedecerem os requisitos, elementos e especificações exigidos e fornecidos pelo Tribunal de Justiça, levando-se em conta o critério “menor preço global”.

8.2.1 O preço global para contratação não poderá ultrapassar o valor máximo que está fixado neste edital.

8.3. Divulgado o resultado da 1ª fase (proposta comercial) e havendo renúncia expressa do prazo recursal, a Comissão passará imediatamente à abertura do

envelope “02” (habilitação) das 3 (três) empresas melhor classificadas, para a análise das condições de habilitação das licitantes.

8.4. Poderá a Comissão, se assim entender necessário, suspender os trabalhos para análise mais acurada, ficando os envelopes, após rubricados, sob sua guarda. Serão posteriormente exibidos, ainda lacrados, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

8.5. Havendo suspensão dos trabalhos, o Presidente da Comissão informará, com um mínimo 24h (vinte e quatro horas) de antecedência, o dia, hora e local em que serão reiniciados os trabalhos, ficando cientes, desde logo, as licitantes presentes e fazendo a comunicação direta, por meio eletrônico de comunicação à distância aos que indicaram representantes e aos que se ausentaram após abertura da sessão.

8.6. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Estejam em desacordo com o edital.
- b) Contenham emendas ou rasuras.
- c) Contenham preços manifestamente inexequíveis.
- d) Contenham cotação superior ao preço máximo global estabelecido.

8.6.1. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis, facultada a redução deste prazo para 03 (três) dias úteis, para apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que originaram a inabilitação ou desclassificação.

8.7. Será inabilitada a empresa que não apresentar toda a documentação exigida no Capítulo 7 deste Edital, bem como, a empresa cujo ramo de atividade não seja pertinente ao objeto da presente licitação.

8.8. Sendo o ofertante do menor preço não enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, verificar-se-á a ocorrência de empate ficto, na hipótese em que o preço ofertado por 01 (uma) ou mais microempresas ou empresas de pequeno porte for até 10% superior ao menor preço efetivo.

8.9. Na hipótese de o melhor classificado ser microempresa e empresa de pequeno porte, fica inviabilizada a regra do item anterior.

8.10. Verificada a ocorrência de empate ficto, dar-se-á oportunidade para que a micro empresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada apresente, em até 15 (quinze) minutos, nova proposta de preço que deverá ser inferior à proposta considerada vencedora para o certame. Na eventual ausência do representante legal, caberá ao Presidente da Comissão, convocá-lo para se manifestar em 24h (vinte e quatro horas).

8.11. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada nesta etapa do certame deverá, encerrada a mesma, com base na proposta apresentada, encaminhar proposta readequando o valor, em até 24h (vinte e quatro horas), à Divisão de Licitações do Departamento do Patrimônio, via fac-símile ou e-mail.

8.12. O descumprimento do contido no item anterior sujeitará a empresa na sanção prevista no Capítulo 10, sendo convocada a próxima empresa para apresentação de nova proposta de preços, se enquadrada na condição do item 8.8.

8.13. Caso a microempresa e empresa de pequeno porte melhor classificada decline do direito de ofertar proposta, serão convocadas as demais licitantes enquadradas na mesma situação cujos preços estejam no limite do empate ficto, respeitada a ordem de classificação.

8.14. Na hipótese de haver preços idênticos ofertados por microempresa ou empresa de pequeno porte, será procedido sorteio para definição da ordem final de classificação.

8.15. Ocorrendo empate entre duas ou mais propostas de menor preço, o desempate dar-se-á por sorteio, para o qual todas as licitantes empatadas são

convocadas, em ato público, a ser realizado em prazo não inferior a 24h (vinte e quatro horas).

8.16. Serão devolvidos às empresas desclassificadas, os envelopes que não foram abertos, devidamente lacrados, desde que não tenha havido recurso ou após o seu julgamento, caso desprovido.

8.17. Os envelopes ficarão à disposição das empresas na Divisão de Licitações para devolução e, caso não sejam retirados em até 30 (trinta) dias após a homologação do resultado da licitação, serão destruídos, ainda lacrados, sem que de seu conteúdo se tome conhecimento.

8.18. Decorrido o prazo do item 9.1 do Capítulo 9 deste Edital, sem interposição de recurso voluntário, a Comissão de Abertura de Propostas, Habilitação Preliminar e Julgamento de Licitações nas Modalidades de Convite, Tomada de Preços e Concorrência remeterá o processo, devidamente instruído, à autoridade competente.

8.19. A homologação do julgamento caberá ao Presidente do Tribunal de Justiça, que poderá, em despacho circunstanciado e no interesse público, presentes os requisitos legais, revogar a licitação ou anulá-la na hipótese de ilegalidade, sem que caiba à licitante direito à indenização.

8.20. Toda documentação apresentada para a participação no presente certame licitatório será virtualizada e anexada ao procedimento eletrônico no sistema SEI. Os documentos apresentados serão destruídos após 30 (trinta) dias contados da publicação da homologação, caso não sejam retirados pela licitante neste prazo.

CAPÍTULO 9 – DOS RECURSOS

9.1. Caberá recurso, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da intimação da decisão, nos casos de:

I - Julgamento das propostas.

II - Habilitação ou inabilitação da licitante.

III - Anulação ou revogação da licitação.

a) Não serão aceitos recursos via fac-símile, e-mail e correio. Os memoriais de recursos interpostos por escrito deverão ser protocolizados junto ao Centro de Protocolo Judiciário Estadual, Autuação e Arquivo Geral do Tribunal de Justiça-Divisão de Protocolo Administrativo, na Sede Mauá - Edifício Essenfelder – Rua Mauá, 920, piso SL, Alto da Glória, Curitiba-PR, CEP 80.030-200, que receberá um número de registro constando a data e hora de sua entrega, que valerá para fins de contagens de prazos legais, observando-se o horário das 12h00 (doze horas) às 18h00 (dezoito horas), dos dias úteis.

b) Caso os participantes não renunciem ao prazo recursal sobre os atos praticados no certame, será aberto prazo legal de 02 (dois) dias úteis para sua interposição.

9.2. O Presidente da Comissão disponibilizará aos licitantes ou Terceiros interessados o acesso aos documentos constantes do procedimento eletrônico em questão, por meio de sistema próprio.

9.2.1. Para a disponibilização, os licitantes ou Terceiros interessados deverão formalizar solicitação via e-mail para o endereço licit@tjpr.jus.br, fornecendo endereço de e-mail válido para resposta.

9.2.2. O acesso externo ficará disponível aos interessados pelo prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados do momento da sua disponibilização, ou até a conclusão do certame em questão.

9.3. Interposto recurso voluntário, abrir-se-á vista do mesmo as demais licitantes, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses, pelo prazo de 02 (dois) dias úteis, para contrarrazões, sobrestando-se a remessa do processo à autoridade competente.

9.4. Impugnado ou não o recurso voluntário, a Comissão de Licitações o apreciará, podendo realizar instrução complementar, e decidirá motivadamente pela

manutenção ou reforma do ato recorrido, submetendo o processo à autoridade competente.

9.4.1. Da decisão que negar provimento ao recurso, caberá remessa **ex officio** à autoridade competente.

9.5. A autoridade competente fundamentará a decisão que prover o recurso voluntário para alterar o julgamento, anular ou revogar a licitação.

9.6. Os recursos intempestivos não serão conhecidos.

9.7. É facultado a qualquer licitante formular manifestações ou protestos, por escrito, relativamente a outra licitante ou ao transcurso da licitação, para que constem da ata dos trabalhos, entretanto, qualquer conduta caracterizada como prejudicial ao certame licitatório, poderá ser considerada como incurso no preceito do artigo 335 do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal).

9.8. Caberá representação, no prazo de 02 (dois) dias úteis da ciência ou intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação, da qual não caiba recurso hierárquico.

9.9. As instâncias administrativas, nos processos de licitação, são as previstas na legislação específica dos órgãos ou entidades promotoras.

CAPÍTULO 10 – DAS PENALIDADES

10. A licitante que incorrer em infrações administrativas sujeitar-se-á às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa, na forma prevista neste instrumento convocatório, com relação às infrações previstas neste edital, cometidas no processo licitatório;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal de Justiça, por prazo não superior a 02 (dois) anos, ressalvada a hipótese do artigo 155 da Lei Estadual nº 15.608/07, quando os efeitos serão estendidos aos demais órgãos e entidades do Estado;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;

e) sanções previstas na minuta contratual (anexo IV deste edital), com relação às infrações previstas no anexo V, cometidas na fase de execução contratual;

f) Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

10.2. A sanção de advertência, suspensão e inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.3. Advertência é a sanção aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação.

10.4. Ficam estipuladas as seguintes multas:

10.4.1 multa de 0,1% (zero virgula um por cento) a 10% (dez por cento) do valor total estimado no edital para o(s) item(ns) objeto da proposta, nas hipóteses:

10.4.1.1 a quem, quando solicitado, não entregar a documentação exigida para o certame, deixar de apresentar documento na fase de saneamento ou pré-contratual;

10.4.1.2 por não manter a proposta, deixar de assinar a ata de registro de preços, contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente;

10.4.1.3 por apresentar declaração falsa e/ou documento falso;

10.4.1.4 por fazer declaração falsa na fase de habilitação;

10.4.2 multa de 0,1% (zero virgula um por cento) a 10% (dez por cento) do valor do pedido por deixar de assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente decorrente da ata de registro de preços;

10.5. Fica estipulada a suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração por até 2 (dois) anos, na hipótese de:

10.5.1. Recusa injustificada, após ser considerada adjudicatária, em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

10.5.2. Não manter sua proposta;

10.5.3. O licitante vencedor não reunir os requisitos de habilitação necessários à sua contratação, nos termos do §3º do art. 84 da Lei nº 15.608/07.

10.6. Nas hipóteses do item 13.5.3, será aplicada cumulativamente multa de 0,1% (zero virgula um por cento) a 10% (dez por cento) do valor total estimado no edital para o(s) item(ns) objeto da proposta.

10.7. A aplicação da sanção nas hipóteses previstas no item 13.5 deve observar o prazo de duração de no máximo 02 (dois) anos e impede a participação da sancionada em procedimentos promovidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, observado o disposto no art. 158 da Lei Estadual nº 15.608/07.

10.7.1. Quando a participante for punida com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, durante o prazo de vigência de igual sanção imposta por pessoa da mesma esfera político-administrativa, ficará proibida de participar de procedimentos de contratação promovidos por todas as entidades estatais e órgãos do Estado, por prazo não superior ao maior prazo remanescente daquela anterior, nos termos do art. 155 da Lei Estadual nº 15.608/07.

10.8. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição por até 5 (cinco) anos, será aplicada nas hipóteses em que o licitante:

10.8.1. Fizer declaração falsa na fase de habilitação;

10.8.2. Apresentar documento falso;

10.8.3. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;

10.8.4. Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

10.9. A conduta que seja considerada comportamento inidôneo e que não se enquadre em qualquer das condutas dispostas no presente capítulo estarão sujeitas às penas do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

10.10. Na aplicação das penalidades será considerada as circunstâncias do artigo 160 da Lei Estadual nº 15.608/07.

10.10.1. A reincidência se caracteriza com a repetição de infração de igual natureza, cometida após a aplicação da sanção anterior, em qualquer licitação promovida por este Tribunal de Justiça, e será apurada no período máximo de cinco anos.

10.11. As penalidades de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração têm os seus efeitos estendidos:

10.11.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas de penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios (art. 158, I da Lei Estadual 15.608/07);

10.11.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no item anterior (art. 158, II da Lei Estadual 15.608/07).

10.12. Caso a licitante incorra em uma das condutas elencadas no presente capítulo, será instaurado procedimento administrativo autônomo para apuração da irregularidade a aplicação de sanções, onde será assegurada a ampla defesa e o contraditório, observado o disposto nos artigos 161 e 162 da Lei Estadual nº 15.608/07 e o Decreto Judiciário nº 711/11 e alterações posteriores.

10.12.1. *As intimações serão feitas preferencialmente por meio eletrônico, no SISTEMA SEI, nos termos do Decreto nº 711/2011.*

10.12.1. Após a regular tramitação do procedimento descrito no *caput* e, havendo a aplicação da penalidade de multa, a empresa será notificada para o pagamento.

10.12.1.1. Transcorrido o prazo para o pagamento da multa sem o seu adimplemento o Tribunal de Justiça poderá compensar o valor devido com qualquer crédito existente nesta ou em outra contratação.

10.13. Qualquer multa ou encargo imputado à empresa, não pago no prazo concedido pela Administração, será inscrito no CADIN Estadual e em Dívida Ativa do Estado e cobrado com base na Lei Federal nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IPC-FIPE ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

10.14. As disposições do Capítulo de Penalidades não excluem a responsabilização da licitante por eventuais atos lesivos previstos na Lei Federal nº 12.846/13 e demais legislações, bem como a responsabilidade de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrente da conduta.

10.15. Quando a conduta da empresa acarretar na frustração do certame deverá ressarcir o Tribunal de Justiça no valor correspondente ao custo do processo de licitação, sem embargo de indenização suplementar caso o prejuízo exceda à referida quantia.

CAPÍTULO 11 – DO CONTRATO

11.1. As obrigações decorrentes desta Licitação a serem firmadas entre o Tribunal de Justiça e a licitante vencedora, serão formalizadas por meio de contrato (modelo em anexo), observando-se as condições estabelecidas neste edital e na legislação vigente. Integram o contrato a proposta da empresa e demais documentos técnicos constantes do edital.

11.2. A empresa vencedora será regularmente convocada para assinar o termo do contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas em Lei e neste edital.

11.3. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso pela parte e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo Tribunal de Justiça.

11.4. Em caso de recusa ou impossibilidade da licitante vencedora em assinar o termo do contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, executar o objeto, ou quando a mesma não fizer a comprovação referida no item anterior, o Tribunal de Justiça adotará as providências cabíveis à imposição de sanção, bem como convocará as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para contratar com a Administração, no prazo previsto no edital e nas condições propostas pela primeira licitante convocada.

CAPÍTULO 12 – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

12.1. A **CONTRATADA** está sujeita às obrigações descritas na respectiva cláusula da minuta contratual (em anexo), cuja observância é imprescindível para apresentação da proposta.

CAPÍTULO 13 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. A **CONTRATADA** deverá prestar a caução referida na Cláusula Oitava da minuta do contrato em até 10 (dez) dias a partir da assinatura do mesmo, destinada a assegurar o cumprimento das normas da presente licitação, a boa e fiel execução do contrato e o pagamento de eventuais multas, devendo a mesma vigorar até a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo.

CAPÍTULO 14 – DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1. O gerenciamento e a fiscalização dar-se-ão em conformidade com o descrito na respectiva cláusula da minuta contratual (em anexo).

CAPÍTULO 15 – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

15.1. A **CONTRATADA** deverá realizar a entrega em etapas, de acordo com o atendimento ao previsto no cronograma de entrega de serviços e desembolso e caderno de encargos, nos termos da respectiva cláusula da minuta contratual (modelos em anexo).

CAPÍTULO 16 – DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será realizado de acordo com o cronograma de entrega de serviços e desembolso (modelo em Anexo), considerando as etapas cumpridas, respectivos prazos e desembolso correspondente, após a aprovação dos serviços e liberação pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura, em complementação com o constante no caderno de encargos, obedecido o disposto na respectiva cláusula contratual (modelo em anexo).

CAPÍTULO 17 – DA CESSÃO DE DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS

17.1. A **CONTRATADA** cederá os direitos patrimoniais, inclusive os direitos autorais, decorrentes da realização do objeto da presente licitação, para o fim da Administração utilizá-los a seu critério, nos termos do disposto no artigo 21, § 2º da Lei Estadual nº 15.608/2007, e no artigo 111 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que lhe assista qualquer direito de indenização referente a esta cessão.

CAPÍTULO 18 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SONDAGENS GEOLÓGICAS E ESTUDOS GEOTÉCNICOS NOS TERRENOS DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DOS FÓRUMS DAS COMARCAS DE JANDAIA DO SUL, COLORADO, LOANDA, MARIALVA, PRUDENTÓPOLIS, QUEDAS DO IGUAÇU E SÃO MATEUS DO SUL** ficarão à conta da dotação orçamentária do Departamento Econômico e Financeiro – DEF do exercício de 2021, estando os valores estimados bloqueados através do elemento 4.4.90.51.01 – denominado Despesas de Capital – Obras e Instalações.

CAPÍTULO 19 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Recomenda-se à(s) licitante(s) interessada(s) a vistoria no imóvel onde serão realizados os serviços para melhor formulação de suas propostas de acordo com as necessidades locais, com vistas à efetiva prestação dos serviços.

19.1.1. A visita poderá ser realizada até um (01) dia útil antes da data de abertura do certame, mediante hora marcada a ser agendada no horário comercial no Departamento de Engenharia e Arquitetura, telefone (41) 3200-4900.

19.1.2. A empresa vencedora, não poderá eximir-se da responsabilidade assumida com a apresentação da proposta, nem do fiel cumprimento do contrato, alegando desconhecimento do imóvel em questão, ou das condições e peculiaridades do mesmo.

19.2. É facultada à Comissão ou autoridade competente, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, sendo vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente da proposta, salvo prerrogativa conferida às microempresas e empresas de pequeno porte, por força da Lei Complementar nº 123/06.

19.3. A Comissão poderá relevar erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação do proponente, desde que sejam irrelevantes, não alterem os parâmetros da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação.

19.4. Os requerimentos ou manifestações da(s) empresa(s) referentes à entrega / execução do objeto (por ex: prorrogações de prazos etc), por medida de celeridade e segurança, deverão ser protocolados junto ao Centro de Protocolo Judiciário Estadual, Autuação e Arquivo Geral do Tribunal de Justiça - Divisão de Protocolo

Administrativo, sito na Sede Mauá- Edifício Essenfelder – Rua Mauá, 920, piso SL, Alto da Glória, Curitiba-PR, que receberá um número de registro constando a data e hora de sua entrega, que valerá para fins de contagens de prazos legais, observando-se o horário das doze (12:00) às dezoito (18:00) horas, dos dias úteis.

19.5. Ao Tribunal de Justiça, por razões de interesse público, previamente justificadas, é reservado o direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, o objeto da presente licitação, mediante pagamento único e exclusivo dos trabalhos já executados e a aquisição dos mesmos, por ajuste entre as partes.

19.6. O Presidente do Tribunal de Justiça poderá revogar a licitação, por juízo de conveniência e oportunidade, ou anulá-la por vício de legalidade, conferindo as licitantes, prévio exercício do direito ao contraditório e ampla defesa.

19.7. Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para dirimir eventuais pendências oriundas do presente Edital, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.8. O Tribunal de Justiça informa às licitantes que os dados pessoais e dados pessoais sensíveis apresentados no procedimento licitatório receberão o tratamento de acordo com a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e Lei Estadual nº 16.595/2010, visando o atendimento do interesse público.

Curitiba, 24 de maio de 2021.

Engº REGINALDO MENDES JÚNIOR

Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura

ANEXOS QUE INTEGRAM O PRESENTE EDITAL:

Anexo I	-	Modelo de Procuração (Capítulo 4 - Da Participação - item 4.2, letra "a");
Anexo II	-	Modelo de indicação de meios de comunicação à distância (Capítulo 6 - Da Proposta - item 6.8);
Anexo III	-	Modelo de declaração de que a empresa cumpre plenamente os requisitos de habilitação (Capítulo 6 - Da Proposta – primeiro invólucro, item 6.1, letra "b");
Anexo IV	-	Modelo de declaração para microempresa e empresa de pequeno porte (Capítulo 6 - Da Proposta - primeiro invólucro, item 6.6);
Anexo V	-	Modelo de declaração que deverá constar no envelope de habilitação (Capítulo 07 – Da Habilitação, item 7.1.1., letra "c");
Anexo VI	-	Modelo de termo de nomeação (Capítulo 07 – Da Habilitação, item 7.1.4, letra "a" e "d").
Anexo VII	-	Modelo de proposta de Preços
Anexo VIII	-	Declaração de que renuncia expressamente ao direito ao prazo recursal (FACULTATIVA) – primeira fase – (Capítulo 05 – Do Recebimento e Abertura dos Envelopes, item 5.7).
Anexo IX	-	Declaração de que renuncia expressamente ao direito ao prazo recursal (FACULTATIVA) – segunda fase – (Capítulo 05 – Do Recebimento e Abertura dos Envelopes, item 5.7);
Anexo X	-	Minuta do Contrato
Anexo XI	-	Termo de Referência, Planilha Referencial Desonerada, Cronograma Físico e Financeiro, Termo de Nomeação e demais documentos.

ANEXO I – MODELO DE PROCURAÇÃO**AO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ****COMISSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTAS, HABILITAÇÃO PRELIMINAR E JULGAMENTO DE LICITAÇÕES NAS MODALIDADES DE CONVITE, TOMADA DE PREÇOS E CONCORRÊNCIA****CONVITE Nº 01/2021**

Pelo presente, autorizo(amos) o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de identidade RG nº _____, a participar do procedimento licitatório supra referenciado, na qualidade de representante de nossa Empresa.

Outorgo(amos) à pessoa supramencionada amplos poderes para praticar todos atos inerentes ao certame licitatório na modalidade **Convite nº 01/2021**, em especial para manifestar desistência dos prazos recursais.

Estou(amos) ciente(s), de que responderei(emos) em Juízo ou fora dele, se for o caso, por todos os atos que venham a ser praticados por este nosso Representante.

_____, ____ de _____ de 2021.

Nome e Assinatura do Representante

Nome:

RG:

Cargo:

Observações:

1) A presente deverá ser assinada pelo Diretor ou Representante Legal da Empresa, desde que a participação não seja pelo próprio titular ou titulares (Diretores), comprovado por instrumento próprio na data da Licitação;

2) A validade do presente documento é de 01 (um) mês, contado da data de sua assinatura.

**ANEXO II - MODELO DE INDICAÇÃO DE
MEIOS DE COMUNICAÇÃO A DISTÂNCIA**

**COMISSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTAS, HABILITAÇÃO PRELIMINAR E JULGAMENTO
DE LICITAÇÕES NAS MODALIDADES DE CONVITE, TOMADA DE PREÇOS E
CONCORRÊNCIA**

CONVITE Nº 01/2021

Empresa _____, C.N.P.J. nº _____,
indica para os devidos fins, os seguintes meios de comunicação a distância:

Com relação à empresa licitante:

Endereço:

Telefone:

Fac-símile:

Endereço eletrônico:

Com relação a este Representante:

Endereço:

Telefone:

Fac-símile:

Endereço eletrônico:

_____, ____ de _____ de 2021.

Nome e Assinatura do Representante

Nome:

RG:

Cargo:

Observação:

É dever do representante zelar pelo gerenciamento e manutenção dos registros das informações acima.

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO**D E C L A R A Ç Ã O**

(MODELO)

Empresa _____, C.N.P.J. nº _____, declara para os devidos fins, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

_____, ____ de _____ de 2021.

Nome e Assinatura do Representante

Nome:

RG:

Cargo:

Observações:

1. A validade do presente documento é de 01 (um) mês, contado da data de sua assinatura;
2. Sendo microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser observado o disposto na letra 6.6.1, Capítulo 6 – DA PROPOSTA COMERCIAL – primeiro invólucro.

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA
E EMPRESA DE PEQUENO PORTE****COMISSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTAS, HABILITAÇÃO PRELIMINAR E JULGAMENTO
DE LICITAÇÕES NAS MODALIDADES DE CONVITE, TOMADA DE PREÇOS E
CONCORRÊNCIA****CONVITE Nº 01/2021**

_____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr. (a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente, bem como atende às determinações da Instrução Normativa nº 103/07 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, para fins de enquadramento na condição de microempresa/empresa de pequeno porte.

_____, de _____ de 2021.

Nome e Assinatura do Representante

Nome:

RG:

Cargo:

Obs.: A validade do presente documento é de 01 (um) mês, contado da data de sua assinatura.

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO



Estado do Paraná

D E C L A R A Ç Ã O

(MODELO)

Empresa _____, C.N.P.J. nº _____, declara para os devidos fins, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame quanto a participar ou não da licitação;

d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do certame antes da adjudicação do objeto da licitação;

e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Tribunal de Justiça do estado do Paraná antes da abertura oficial das propostas;

f) permanecem imutáveis as condições de cadastramento relativas à regularidade para com o erário Federal, Estadual e Municipal;

g) não utiliza a mão-de-obra direta ou indireta de menores de dezoito (18) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de dezesesseis (16) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de quatorze (14) anos, conforme determinação Constitucional;

h) não irá contratar para prestação do serviço, objeto deste certame, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em face da vedação estabelecida pela Resolução nº 09/05 do Conselho Nacional de Justiça;

i) não possui em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, em face da vedação estabelecida pela Resolução nº 229/16 do Conselho Nacional de Justiça;

j) está plenamente ciente de que a existência de registro no CADIN ESTADUAL impede a contratação com este Tribunal de Justiça, nos termos do disposto na Lei Estadual nº. 18.466/2015; e

k) está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la;

l) em cumprimento ao disposto no inc. I do art. 7º da Lei nº 13.709/2018, por meio de seu representante legal, **DECLARA para os fins do presente Pregão Eletrônico, que consente e concorda com o tratamento e divulgação de seus dados pessoais (nome, RG e CPF) para finalidade específica, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) e em atendimento a Lei nº 12.527/2011 e ao princípio constitucional da publicidade.**

Em _____ de _____ 2021.

Nome e C.P.F. do representante legal:

Obs. A validade do presente documento é de um (01) mês, contado da data de sua assinatura.

ANEXO VI – TERMO DE NOMEAÇÃO

TERMO DE NOMEAÇÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

CONVITE Nº 01/2021.

Atendendo a determinação das letras “a” e “d”, do item 7.1.4 do Capítulo 07 – Da Habilitação, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, declara para os devidos fins que os profissionais abaixo relacionados serão os responsáveis pela execução da **EXECUÇÃO DE SONDAJENS GEOLÓGICAS E ESTUDOS GEOTÉCNICOS NOS TERRENOS DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DOS FÓRUMS DAS COMARCAS DE JANDAIA DO SUL, COLORADO, LOANDA, MARIALVA, PRUDENTÓPOLIS, QUEDAS DO IGUAÇU E SÃO MATEUS DO SUL.**

SERVIÇO/PROJETO				Nome Responsável Técnico	Habilitação	CREA ou CAU	Vínculo	Assinatura	Exigência de Acervo
1.	INVESTIGAÇÃO GEOLÓGICA	1.1	Sondagem SPT (mínimo nove furos por terreno)						Não
		1.2	Ensaios de Geotécnico de Laboratório (mínimo 2 granulometria, 6 Limite de Liquidez, 6 Limite de Plasticidade, 6 Resistência ao Cisalhamento e 6 Adensamentos por terreno)						Não
		1.3	Prova de Carga estática (mínimo duas por terreno)						Não

Declara, ainda, que se houver modificação do quadro, o Tribunal de Justiça será imediatamente comunicado, sendo que o substituto deverá apresentar o acervo mínimo exigido na licitação e aceito pelo **CONTRATANTE**.

Os profissionais acima nominados firmam a presente declaração, comprometendo-se a participar permanentemente, pela empresa, dos serviços objeto da licitação, cientes e de acordo com as cláusulas expressas na minuta do contrato, ao qual sujeitam-se em conformidade com as condições estabelecidas no presente Edital.

_____, ____ de _____ de 2021.

Nome, RG e Assinatura do Representante

ANEXO VII – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Razão Social da Proponente:

C.N.P.J.:

Endereço:

Telefone:

Nome do Representante:

PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 1):

1) Pela presente, declaro inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei Estadual nº 15.608/07 e às cláusulas e condições para o **CONVITE Nº 01/2021**.

2) Proponho executar a ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~ de acordo com o especificado no edital – pelo preço global, a seguir indicado, obedecendo às condições do ato convocatório e asseverando que em caso de divergência dos preços apresentados em algarismo e por extenso, prevalecerá este último.

3) O valor global da presente proposta é de R\$ _____ (_____). O percentual de desconto obtido em relação ao valor máximo global será aplicado linearmente sobre a Planilha Quantitativa Referencial constante em Anexo ao Edital.

4) Prazo de execução dos serviços é de XXXXXX dias, distribuídos em XXX etapas, de acordo com o cronograma e com o disposto na respectiva Cláusula da Minuta Contratual.

..... de de 2021.

Nome e Assinatura do Representante

RG:

.

ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO

D E C L A R A Ç Ã O

(MODELO)

Empresa _____, C.N.P.J. nº _____, declara para os devidos fins que, se classificada for na **primeira fase** do procedimento licitatório na modalidade de **Convite nº 01/2021**, renuncia expressamente ao direito ao prazo recursal.

_____, ____ de _____ de 2021.

Nome e Assinatura do Representante

Nome:

RG:

Cargo:

- Observação:

É **facultada** a empresa participante a apresentação da declaração de renúncia ao prazo recursal referente à fase classificatória (proposta comercial), **a qual deverá estar inserida no envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL.**

ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO

D E C L A R A Ç Ã O

(MODELO)

Empresa _____, C.N.P.J. nº _____, declara para os devidos fins que, se habilitada for na **segunda fase** do procedimento licitatório na modalidade de **Convite nº 01/2021**, renuncia expressamente ao direito ao prazo recursal.

_____, ____ de _____ de 2021.

Nome e Assinatura do Representante

Nome:

RG:

Cargo:

- Observação:

É **facultada** a empresa participante a apresentação da declaração de renúncia ao prazo recursal referente à fase de habilitação, a qual deverá estar inserida no envelope nº 02 – HABILITAÇÃO.

ANEXO X – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS QUE ENTRE SI FAZEM O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ** E A EMPRESA, PARA A EXECUÇÃO DE SONDAJENS GEOLÓGICAS E ESTUDOS GEOTÉCNICOS NOS TERRENOS DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DOS FÓRUMS DAS COMARCAS DE JANDAIA DO SUL, COLORADO, LOANDA, MARIALVA, PRUDENTÓPOLIS, QUEDAS DO IGUAÇU E SÃO MATEUS DO SUL;

Na data da última assinatura eletrônica constante neste documento, nesta cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu, Palácio da Justiça, sede do **PODER JUDICIÁRIO**, Centro Cívico, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ do Ministério da Fazenda sob nº 77.821.841/0001-94, representado neste ato por seu Presidente, Excelentíssimo Senhor Desembargador, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, estabelecida na cidade de, na rua, inscrita no CNPJ do Ministério da Fazenda sob nº, legalmente representada pelo Senhor, portador da Carteira de Identidade nº e CPF nº, residente e domiciliado em, na rua, firmam o presente contrato para a execução de sondagens geológicas e estudos geotécnicos nos terrenos destinados à construção dos Fóruns das Comarcas de Jandaia do Sul, Colorado, Loanda, Marialva, Prudentópolis, Quedas do Iguaçu e São Mateus do Sul, mediante as cláusulas e condições adiante discriminadas:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: A **CONTRATADA** executará a execução de sondagens geológicas e estudos geotécnicos nos terrenos destinados à construção dos Fóruns das Comarcas de Jandaia do Sul, Colorado, Loanda, Marialva, Prudentópolis, Quedas do Iguaçu e São Mateus do Sul, em conformidade com o projeto básico constante dos documentos anexos ao Edital de Concorrência XX/2021 (especificações técnicas, caderno de encargos, cronogramas, projetos e demais discriminações), os quais constam dos expedientes protocolados no SEI sob nº 0030840-82.2021.8.16.6000 e 0032880-37.2021.8.16.6000, que passam integrar o presente contrato.

§ Primeiro: São designados como responsáveis técnicos para execução dos serviços objeto do presente contrato os profissionais relacionados Termo de Nomeação constante nas fls. _____ e os profissionais que eventualmente venham a substituí-los no decorrer do contrato, cuja substituição tenha sido devidamente autorizada pelo Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura.

§ Segundo: Se houver necessidade de substituição do responsável técnico nomeado, o substituto deverá apresentar o acervo e atestados de

capacidade técnica conforme exigidos no edital, a serem submetidos a análise e aprovação do **CONTRATANTE**.

DO PREÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O valor do presente contrato é de R\$ (.....) e corresponde ao preço global proposto pela **CONTRATADA** em licitação pública convocada pela modalidade de CONVITE nº 01/2021 para a execução dos serviços constantes do orçamento quantitativo.

§ Primeiro: O valor constante do "Caput" desta cláusula será pago pelo Departamento Econômico e Financeiro – DEF, em moeda corrente e legal do País, segundo o faturamento elaborado pela **CONTRATADA**, após verificação, medição e aceitação por parte da fiscalização do **CONTRATANTE**.

§ Segundo: Somente serão pagos os serviços efetivamente executados de acordo com o cronograma de prazos de entrega dos serviços e desembolso (em anexo).

DA EXECUÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA: Para a execução dos serviços objeto deste contrato, a **CONTRATADA** fornecerá o equipamento, o material e a mão-de-obra necessários, realizando os serviços rigorosamente de acordo com as especificações, caderno de encargos e demais discriminações constantes de sua proposta de fls. do protocolado referido na cláusula primeira do presente ajuste.

§ Primeiro: Como condição da expedição da Ordem de Execução de Serviço, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, a **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do presente termo, os documentos previstos na Cláusula correspondente às obrigações da **CONTRATADA**.

§ Segundo: No decorrer da execução da obra, a **CONTRATADA** submeter-se-á à fiscalização periódica do **CONTRATANTE**, o qual, se constatar qualquer irregularidade nos serviços, tomará as providências que julgar necessárias para a normalização dos mesmos, assistindo inclusive ao **CONTRATANTE** o direito de recorrer às vias judiciais ordinárias para assegurar o rigoroso cumprimento das especificações constantes do protocolado referido na cláusula primeira.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA QUARTA: O prazo total para a execução dos serviços, objeto do presente contrato, é de 120 (cento e vinte) dias, distribuídos em 7 etapas, conforme cronograma (em Anexo) com início a partir da data estipulada na ordem de execução dos serviços:

§ Primeiro: Após a entrega do serviço, o prazo de execução será automaticamente suspenso para a conferência e aprovação pela fiscalização, que se dará da seguinte forma:

I – Entregue a etapa, a fiscalização terá o prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogáveis mediante justificativa, para a conferência. Havendo necessidade de eventuais correções e/ou adaptações, a contratada terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para realizá-las.

II - Após, será realizada nova conferência pela fiscalização, em igual prazo. Contudo, em havendo necessidade de novas correções, em virtude de falha da Contratada (repetição de erros apontados na conferência anterior), não será concedido prazo extra para a sua realização, sendo o tempo necessário para as correções computado como atraso contratual, passível de ser levado para a Comissão de Apuração de Irregularidades e aplicação de multa contratual.

III - O prazo da etapa ulterior terá início no dia seguinte da entrega da anterior, ou mediante liberação por parte da fiscalização. Sendo utilizado o critério dos itens I e II deste parágrafo para todas as etapas constantes do cronograma.

§ Segundo: Eventual atraso em uma das etapas pode ser compensado nas demais, desde que respeitado o prazo total estabelecido no caput.

§ Terceiro: Os prazos de início de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorram alguns dos seguintes motivos:

I- alteração, pelo **CONTRATANTE**, do projeto ou especificações;

II- superveniência de fato excepcional, imprevisto ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III- interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse do **CONTRATANTE**;

IV- aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por Lei;

V- impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pelo **CONTRATANTE** em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI- omissão ou atraso de providências a cargo do **CONTRATANTE**, inclusive quanto aos pagamentos previstos, de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato.

§ Segundo: Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pelo **CONTRATANTE**, através de sua autoridade competente para celebrar o contrato.

DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA: O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I- Unilateralmente, pelo **CONTRATANTE**:

a) Quando houver necessidade de modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou supressão quantitativa dos serviços a serem executados, dentro dos limites previstos pelo parágrafo primeiro desta cláusula.

II- Por acordo entre as partes:

a) Quando conveniente a substituição da garantia de execução exigida;

b) Quando necessária a modificação do regime de execução dos serviços, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial, vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação (execução dos serviços);

d) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os

encargos da **CONTRATADA** e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra/serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

§ Primeiro: A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

§ Segundo: No caso de supressão de serviços, se a **CONTRATADA** já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pelo **CONTRATANTE** pelos custos efetivos de aquisição, regularmente comprovados e monetariamente corrigidos.

§ Terceiro: Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

§ Quarto: Em havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

§ Quinto: Se no decorrer dos serviços o **CONTRATANTE** ordenar a execução de serviços não previstos no orçamento inicial, porém necessários e imprescindíveis à perfeita execução do objeto deste contrato, ficarão tais serviços sujeitos ao regime de preços unitários vigorantes à época da assinatura do mesmo.

§ Sexto: Na hipótese de aditamento de serviços que não tenham preços unitários contemplados na proposta inicial, os mesmos serão fixados mediante prévio acordo entre as partes em conformidade com preços praticados no mercado, respeitados os limites estabelecidos no parágrafo primeiro desta cláusula.

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA SEXTA: Caberá ao **CONTRATANTE**:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente Contrato;
- b) Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela **CONTRATADA** e pertinentes ao objeto do presente Contrato;
- c) Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da(s) fatura(s) em dia.

CLÁUSULA SÉTIMA: Caberá à **CONTRATADA**:

a) **Apresentar até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato**, como condição para a emissão da ordem de execução dos serviços, os seguintes documentos:

a.1) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART's), dos profissionais de nível superior responsáveis pela execução dos serviços, indicados na cláusula primeira do Contrato, devidamente quitada ou, se o caso, documento de responsabilidade técnica do respectivo órgão de classe que o habilita para a presente contratação. Caso a **CONTRATADA**, bem como o(s) profissional(is) nomeado(s), seja(m) sediados e/ou domiciliados em outra jurisdição, e, conseqüentemente inscrita no CREA/CAU de origem ou outro órgão de classe, deverá apresentar o visto da empresa, junto ao CREA/CAU do Estado do Paraná, quando cabível e em conformidade com o que dispõe a Lei nº 5.194/66, em consonância com o art. 1º da Resolução nº 413/97 do CONFEA;

- a.2)** Demonstração de vínculo empregatício ou contratual com todos os profissionais designados, mediante cópia da CTPS, Contrato Social, ou Contrato de Prestação de Serviços;
- a.3)** Garantia de execução prevista na Cláusula Oitava do Contrato;
- b)** Manter durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e com as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;
- c)** O pagamento dos emolumentos prescritos em lei e a observância de todas as posturas referentes aos serviços;
- d)** O pagamento de todas as obrigações sociais, patronais, patrimoniais, tributárias, trabalhistas e administrativas, além dos encargos securitários, previdenciários ou de qualquer outra natureza, relativos aos empregados e aos serviços ora contratados;
- e)** A completa execução dos serviços em todas as suas fases pelo preço constante de sua proposta, sem revisão de quantidades, obedecendo a todas as especificações constantes nos elementos técnicos descritos, bem como, as normas avençadas;
- f)** Submeter-se à fiscalização periódica do **CONTRATANTE**, a qual, se constatar qualquer irregularidade nos serviços, tomará as providências que julgar necessárias para a normalização dos mesmos, assistindo inclusive ao **CONTRATANTE** o direito de recorrer às vias judiciais ordinárias para assegurar o rigoroso cumprimento das especificações do objeto do presente contrato;
- g)** O cumprimento das formalidades necessárias à execução dos serviços e demais atribuições, além do pagamento de eventuais multas impostas pelas autoridades constituídas;
- h)** Havendo a necessidade de subcontratar serviços especializados, informar, previamente e por escrito, ao Tribunal de Justiça e este decidirá a conveniência ou não da subcontratação, não sendo admitido subcontratar o total dos serviços, porém, permitido fazê-lo parcialmente, apresentando a relação dos serviços e as empresas que irão executá-los, continuando a responder direta e exclusivamente pela fiel observância das obrigações contratuais;
- i)** Caso haja necessidade, obter junto às repartições competentes, às suas expensas, todas as licenças e autorizações necessárias à execução dos serviços contratados, bem como responder, a qualquer tempo, pelas consequências que a falta ou omissão das mesmas vierem a acarretar;
- j)** Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no procedimento licitatório;
- k)** Atender prontamente as exigências do Departamento de Engenharia e Arquitetura, inerentes ao objeto deste contrato, sem ônus para o **CONTRATANTE**;
- l)** Manter os dados do representante e da empresa (endereço, telefone, e-mail) atualizados;
- m)** Elaborar todos os serviços e demais elementos técnicos de acordo com as Normas da ABNT, a Lei Estadual nº 15.608/07, a Lei Federal nº 8.666/93, a Lei nº 5194/1966, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, os quais deverão ser entregues de acordo com o constante no Termo de Referência, cadernos de encargos, quantitativos e especificações técnicas, de forma a garantir a aprovação dos serviços pelo **CONTRATANTE** e facilitar a execução dos trabalhos, inclusive quanto à empresa **SUBCONTRATADA**, caso seja autorizado pelo **CONTRATANTE**;
- n)** Agendar e comparecer às reuniões técnicas, elaborando as atas das reuniões e demais documentos necessários, responsabilizando-se pelo armazenamento e cópia de segurança de todas as versões impressas em mídia digital, para posterior apresentação, exame, avaliação dos serviços;
- n.1)** Deverão ser realizadas reuniões de acompanhamento do projeto quando necessário, no DEA (Departamento de Engenharia e Arquitetura) situado à Rua Ivo

Leão, 651, Centro Cívico, Curitiba/PR, durante todas as etapas para apresentação prévia das tecnologias utilizadas, verificação de padrões utilizados por este Departamento de Engenharia e Arquitetura, acompanhamento dos serviços apresentados, retirada de dúvidas e demais necessidades relativas ao desenvolvimento;

o) Submeter as atas de reuniões e demais documentos elaborados, ao Departamento de Engenharia e Arquitetura, a quem caberá comunicar eventuais falhas constatadas na execução dos serviços e solicitar que a **CONTRATADA** proceda, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a correção das mesmas;

p) O recebimento de cada uma das etapas dos serviços será feito através de Reunião, podendo haver dispensa desta a critério da **CONTRATANTE**, para recebimento de serviços, onde serão apresentados, pela **CONTRATADA**, todos os trabalhos realizados. A falta de um ou mais documentos, relativos à determinada etapa, impedirá o recebimento dos demais serviços e a etapa será considerada não entregue;

q) Apresentar todos os serviços com nível de detalhamento que permita a sua perfeita compreensão e que oriente a execução da obra, de acordo com a legislação vigente e o caderno de encargos e demais elementos que integram o Edital;

r) No recebimento definitivo dos documentos, quanto nos recebimentos parciais as versões deverão ser impressas em arquivo pdf, ou seja, deverão ser reproduções idênticas do arquivo digital que não é passível de alteração.

s) A cópia dos arquivos editáveis deverá ser gravada em mídia digital (dwg e pdf – Programa AutoCAD/2005 ou superior, planilhas em Excel e textos em Word);

t) Refazer os projetos e demais elementos técnicos que não forem executados a contento e fora das especificações e normas técnicas;

u) Dirimir dúvidas ou prestar esclarecimentos eventualmente solicitados pelas empresas interessadas no processo licitatório para a execução da obra, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

v) Apresentar esclarecimentos técnicos e esclarecer dúvidas apresentadas pela empresa **CONTRATADA** para a execução da obra, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação do **CONTRATANTE**;

w) Modificar, adequar ou complementar os projetos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias e sem custo para o **CONTRATANTE**, quando mostrarem-se inexequíveis durante a fase construtiva da obra;

x) Responsabilizar-se pela qualificação dos profissionais designados, respondendo solidariamente com o autor do projeto que, eventualmente, apresente alguma irregularidade;

y) Responsabilizar-se por quaisquer despesas, inclusive possíveis perdas e danos decorrentes da demora na execução, caso haja necessidade de modificação ou adequação dos serviços, devido à impossibilidade de execução conforme o projetado, sem qualquer custo adicional ao **CONTRATANTE**.

DA GARANTIA

CLÁUSULA OITAVA: A **CONTRATADA** fica obrigada a comparecer, dentro do prazo de 10 (dez) dias após a assinatura deste contrato, a fim de efetuar junto ao **CONTRATANTE**, depósito de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global atualizado do contrato, a título de caução de execução, respeitados os acréscimos e supressões do objeto.

§ Primeiro: A **CONTRATADA** optará por uma das modalidades elencadas no artigo 102 da Lei Estadual nº 15.608/07, quais sejam:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de

liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) seguro-garantia;

c) fiança-bancária.

§ Segundo: Se a opção recair em Fiança Bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e seguintes da Lei Federal nº 10.406, de 10.01.02 (Código Civil Brasileiro).

§ Terceiro: Os títulos oferecidos em caução não poderão estar onerados por cláusula de impenhorabilidade, intransferibilidade, nem adquiridos compulsoriamente.

§ Quarto: A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto contratado;

b) prejuízos causados à administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) multas punitivas aplicadas pela Administração;

d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela contratada;

§ Quinto: Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem expressamente cobertura para os eventos indicados no parágrafo anterior

§ Sexto: A garantia deverá vigorar durante toda a execução do contrato e até 06 meses após o Recebimento Definitivo da obra/serviço ou rescisão contratual, devendo ser renovada e complementada, após comunicação formal à **CONTRATADA**, na mesma proporção e época de eventual aditivo, a partir de eventuais prorrogações e adições ao ajuste, tantas vezes quanto for o próprio contrato para a execução dos serviços, sob pena de aplicação de multa contratual.

§ Sétimo: No caso de haver aditivos referentes a prazo e/ou serviços, a garantia complementar será de acordo com a modalidade adotada pela **CONTRATADA** e majorada à mesma proporção do referido aditivo.

§ Oitavo: A garantia será devolvida após decorridos trinta (30) dias do término do prazo de sua vigência ou se rescindido este contrato, contados do protocolo do requerimento, desde que comprovada pela contratada a quitação de todas as verbas decorrentes de vínculo trabalhista e não haja processo administrativo em curso.

§ Nono: Sem prejuízo de aplicação das sanções que lhe couberem, o Tribunal de Justiça recorrerá à garantia constituída, a fim de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha acarretado a **CONTRATADA**, podendo ainda reter créditos decorrentes do contrato.

§ Décimo: Na hipótese de não correção pela **CONTRATADA** de pendências e anormalidades verificadas na obra/serviço pelo **CONTRATANTE** e atestadas no Termo de Recebimento Provisório, o **CONTRATANTE** descontará da caução a importância correspondente.

§ Décimo Primeiro: No caso de rescisão do contrato por inadimplemento da **CONTRATADA**, será imediatamente acionada a garantia para sanar possíveis prejuízos acarretados ao **CONTRATANTE**, independente da aplicação de outras sanções.

DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: O gerenciamento e a fiscalização dos serviços objeto da presente

licitação, serão executados pelo Tribunal de Justiça e/ou por empresa especializada **CONTRATADA** para este fim, devendo a empresa **CONTRATADA** submeter periodicamente os desenhos e documentos elaborados à fiscalização.

§ Primeiro: Competirá ao servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato comunicar falhas porventura constatadas na execução dos serviços e solicitar sua correção.

§ Segundo: Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem ônus para o **CONTRATANTE** e nos prazos estabelecidos.

§ Terceiro: A fiscalização, exercida no interesse do **CONTRATANTE**, não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, do seu Coordenador, dos seus profissionais, seus agentes e prepostos, por qualquer dano que venha a causar ao **CONTRATANTE** OU A TERCEIROS.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA: O pagamento dar-se-á pelo DEF – Departamento Econômico e Financeiro deste Tribunal, em moeda corrente e legal do país, de acordo com as 07 etapas do cronograma anexo ao Edital, e respectivas obrigações pertinentes a cada etapa e após a aprovação dos serviços e liberação pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura, conforme constante no Cronograma Físico-Financeiro, anexo do Edital:

- 1ª Etapa – Jandaia do Sul - JDS – equivalente a 14,29% (quatorze, vírgula vinte e nove por cento) do valor contratado após 30 (trinta) dias da emissão da OES, condicionado ao aceite da fiscalização nos documentos listados acima em 4.2.4, 4.3.4 e 4.4.4 referentes aos estudos em Jandaia do Sul, e assinatura do Termo de Recebimento Provisório para Jandaia do Sul – TRP – JDS.

- 2ª Etapa – Marialva - MRL – equivalente a 14,29% (quatorze, vírgula vinte e nove por cento) do valor contratado após 30 (trinta) dias da emissão da OES, condicionado ao aceite da fiscalização nos documentos listados acima em 4.2.4, 4.3.4 e 4.4.4 referentes aos estudos em Marialva e assinatura do Termo de Recebimento Provisório para Marialva – TRP – MRL.

- 3ª Etapa – Colorado - CLD – equivalente a 14,29% (quatorze, vírgula vinte e nove por cento) do valor contratado após 30 (trinta) dias da finalização da 1ª Etapa, condicionado ao aceite da fiscalização nos documentos listados acima em 4.2.4, 4.3.4 e 4.4.4 referentes aos estudos em Colorado e assinatura do Termo de Recebimento Provisório para Colorado – TRP – CLD.

- 4ª Etapa – Loanda - LOA – equivalente a 14,29% (quatorze, vírgula vinte e nove por cento) do valor contratado após 30 (trinta) dias da finalização da 1ª Etapa, condicionado ao aceite da fiscalização nos documentos listados acima em 4.2.4, 4.3.4 e 4.4.4 referentes aos estudos em Loanda e assinatura do Termo de Recebimento Provisório para Loanda – TRP – LOA.

- 5ª Etapa – São Mateus do Sul – SMS – equivalente a 14,28% (quatorze, vírgula vinte e oito por cento) do valor contratado após 30 (trinta) dias da finalização da 3ª Etapa, condicionado ao aceite da fiscalização nos documentos listados acima em 4.2.4, 4.3.4 e 4.4.4 referentes aos estudos em São Mateus do Sul e assinatura do Termo de Recebimento Provisório para São Mateus do Sul – TRP – SMS.

- 6ª Etapa – Prudentópolis – PDT – equivalente a 14,28% (quatorze, vírgula vinte e oito por cento) do valor contratado após 30 (trinta) dias da finalização da 3ª Etapa, condicionado ao aceite da fiscalização nos documentos listados acima em 4.2.4, 4.3.4 e 4.4.4 referentes aos estudos em Prudentópolis e assinatura do Termo de Recebimento Provisório para Prudentópolis – TRP – PDT.

- 7ª Etapa – Quedas do Iguaçu – QIG – equivalente a 14,28% (quatorze, vírgula vinte e oito por cento) do valor contratado após 30 (trinta) dias da finalização da 5ª Etapa, condicionado ao aceite da fiscalização nos documentos listados acima em 4.2.4, 4.3.4 e 4.4.4 referentes aos estudos em Quedas do Iguaçu e assinatura do Termo de Recebimento Provisório para Quedas do Iguaçu – TRP – QIG.

O Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços deverá ser assinado em até 90 (noventa) dias da assinatura do Termo de Recebimento Provisório de Quedas do Iguaçu.

§ Primeiro: A relação detalhada dos elementos que devem ser entregues em cada uma das etapas indicadas acima está apresentada no **TERMO DE REFERÊNCIA** encaminhado às empresas licitantes como anexo ao Edital.

§ Segundo: Integram as etapas descritas nas alíneas anteriores os estudos de viabilidade pertinentes a cada etapa, que serão solicitados conforme necessidade e a critério do Departamento de Engenharia e Arquitetura ou da equipe responsável pelo Assessoramento Técnico.

§ Terceiro: Somente serão consideradas cumpridas as etapas após a realização das reuniões previstas com a entrega de todos os serviços descritos em cada uma delas e aprovação pela fiscalização, sem restar pendências ou correções por parte da **CONTRATADA**.

§ Quarto: O pagamento das parcelas será efetuado até o 30º (trigésimo) dia após atestada a Nota Fiscal, pela fiscalização do **CONTRATANTE**, de que os serviços foram integralmente executados.

§ Quinto: O pagamento das parcelas será efetuado até o 12º (décimo segundo) dia útil após o requerimento de pagamento da contratada, mediante atestado da Nota Fiscal, pela fiscalização do **CONTRATANTE**, de que os serviços foram integralmente executados, de acordo com a Instrução Normativa nº 05/2017, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

§ Sexto: O **CONTRATANTE** reserva-se no direito de somente efetuar o pagamento dos serviços prestados após a comprovação, pela **CONTRATADA**, do pagamento e recolhimento dos correspondentes encargos sociais, das obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciários, mediante a apresentação dos seguintes documentos, em meio digital:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- b) Certidão Negativa de Tributos Municipais (ISS) do domicílio ou sede do licitante;
- c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais (ICMS) do domicílio ou sede do licitante;
- d) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União²;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- f) Guias de recolhimento mensal junto ao INSS – GPS, FGTS – GRF, Informações à Previdência Social e Relação dos Trabalhadores constantes no arquivo SEFIP, referente aos profissionais que efetivamente prestaram serviços junto ao **CONTRATANTE**;
- g) Folha de Pagamento Mensal e/ou Recibos de Pagamento dos Projetistas;
- h) Declaração de que possui escrituração contábil, firmada pelo contador e pelo

² De acordo com a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014, a qual abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

responsável pela empresa, e que os valores apresentados encontram-se devidamente contabilizados;

i) Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao CREA/CAU dos profissionais nomeados como responsáveis técnicos e Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA/CAU;

j) Demonstrativo de que as ART'S de execução dos responsáveis técnicos nomeados estão ativas, obtida mediante consulta pública no site do CREA/CAU respectivo.

§ Sétimo: As certidões negativas deverão estar vigentes no momento da liberação do pagamento e as obtidas pela internet estão sujeitas à verificação de validade e autenticidade.

§ Oitavo: Deverão ser encaminhadas as guias de todas as competências vencidas durante a execução de cada etapa dos serviços.

§ Nono: No caso de vínculo contratual com os responsáveis técnicos (autônomos), deverão ser apresentados os recibos de pagamento, SEFIP e GPS, ficando dispensada a apresentação da GRF.

§ Décimo: Ocorrendo a devolução da Nota Fiscal/Fatura, o prazo para pagamento será, automaticamente, renovado, acrescentando-se 05 (cinco) dias úteis ao prazo estabelecido no parágrafo primeiro, contados da solução das respectivas pendências.

§ Décimo Primeiro: Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, nos termos da legislação vigente e deste contrato.

§ Décimo Segundo: O pagamento integral das parcelas ensejará a cessão por parte da **CONTRATADA**, dos direitos patrimoniais relativos aos serviços, podendo a **CONTRATANTE** utilizá-los ou executá-los em locais diferentes e quando julgar conveniente, desde que respeitados os moldes e a finalidade para os quais foram elaborados.

§ Décimo Terceiro: Será exigida como condição necessária para a liberação da última parcela do cronograma físico-financeiro a comprovação de quitação de todas as obrigações previdenciárias.

§ Décimo Quarto: A **CONTRATADA** se responsabiliza pelo encaminhamento da documentação suprarreferida, a qual deverá integrar todas as parcelas de pedido de pagamento. Na eventualidade de a empresa contratada apresentar pedido de pagamento sem condições de processamento e em desacordo com o disposto neste Capítulo, será notificada para sanar as pendências encontradas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de abertura de procedimento administrativo por descumprimento de Cláusula Contratual.

§ Décimo Quinto: Tendo em vista a IN nº 001/2019 –DTE/SEFA, o Estado do Paraná não possui convênio com a receita Federal, portanto não efetuará a retenção da CSLL, COFINS e PIS/PASEP, que passarão a ser recolhidas diretamente pelos próprios credores.

DA SUBCONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Havendo necessidade de subcontratar serviços especializados, a **CONTRATADA** deverá informar, antecipadamente e por escrito, ao Tribunal de Justiça e este decidirá da conveniência ou não da subcontratação, não sendo admitido subcontratar o total dos serviços, porém, permitido fazê-lo parcialmente, apresentando a relação dos serviços das empresas que irão executá-los, continuando a responder direta e exclusivamente pela fiel observância das

obrigações contratuais.

Parágrafo Único: Os profissionais subcontratados deverão possuir o mesmo acervo técnico dos substituídos.

DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Quando concluídos os projetos e serviços contratados, os mesmos poderão ser rejeitados caso não satisfaçam as exigências técnicas e legais, não atendam às necessidades ou contrariem os demais projetos ou especificações, inclusive independentemente de análise, uma vez que a responsabilidade técnica é dos projetistas e especialistas contratados para tal finalidade.

§ Primeiro: A empresa **CONTRATADA** deverá realizar a entrega em etapas, com apresentação e defesa de todos os relatórios de análise das entregas dos projetos pela projetista, em reunião a ser agendada com o corpo técnico do DEA, para análise prévia do Departamento de Engenharia e Arquitetura, demonstrando ter cumprido com os requisitos de contrato, legislação vigente e atingido os objetivos técnicos do conjunto.

§ Segundo: O recebimento de cada uma das etapas dos serviços será feito através de Reunião, que poderá ser dispensada a critério da **CONTRATANTE**, na qual serão apresentados, pela **CONTRATADA**, todos os trabalhos realizados. A falta de um ou mais documentos, relativos à determinada etapa, impedirá o recebimento dos demais serviços e a etapa será considerada não entregue.

§ Terceiro: Recebidos os serviços e ouvida à apresentação e fundamentação da empresa, o Departamento de Engenharia e Arquitetura e/ou empresa **CONTRATADA** para tal finalidade apreciará a compatibilidade do conteúdo com as diretrizes do edital, manifestando-se com indicação de eventuais correções a serem realizadas. A etapa só poderá ser dada como concluída após a realização das correções por parte da **CONTRATADA**.

§ Quarto: Caso as alterações e complementações solicitadas não tenham sido atendidas e/ou justificadas na íntegra, impedindo assim a aprovação e recebimento dos serviços, a **CONTRATADA** será considerada inadimplente e estará sujeita às sanções previstas no Edital.

§ Quinto: Cumprida a etapa do cronograma de serviços, e após a verificação e aprovação do Departamento de Engenharia e Arquitetura será lavrado o Termo de Recebimento Provisório.

§ Sexto: A versão final dos serviços deverá ser entregue em arquivo digital, editável e PDF, sendo os arquivos em PDF assinados digitalmente, com certificação, pelos respectivos responsáveis técnicos de cada projeto.

§ Sétimo: O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços será lavrado em até 90 (noventa) dias da assinatura do Termo de Recebimento Provisório de Quedas do Iguaçu.

DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências decorrentes do presente ajuste e as previstas em lei ou regulamento.

Parágrafo Único: Constituem motivo para rescisão do presente contrato:

a) O não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações, prazos, ou o seu

cumprimento irregular;

b) A lentidão no seu cumprimento, levando o **CONTRATANTE** a comprovar a impossibilidade de conclusão dos serviços no prazo estipulado, assim como o atraso injustificado no início de sua execução;

c) A paralisação da elaboração dos projetos, sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;

d) A subcontratação total ou parcial de serviços, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a prévia e expressa autorização do **CONTRATANTE**, a seu exclusivo critério;

e) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, bem como o cometimento reiterado de faltas anteriormente anotadas em registro próprio pela fiscalização do **CONTRATANTE**;

f) A decretação de falência, a instauração de insolvência civil, a dissolução da sociedade, a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo do **CONTRATANTE**, prejudique a execução do contrato;

g) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Presidência do **CONTRATANTE**;

h) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impositivos da execução deste contrato.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: O descumprimento das disposições contratuais sujeita o contratado às sanções administrativas dispostas nos artigos 150 a 160 da Lei Estadual nº 15.608/07 e, subsidiariamente, nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei 10.520/02.

§ Primeiro: Poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná por prazo não superior a 02 (dois) anos, ressalvada a hipótese do artigo 155 da Lei Estadual nº 15.608/07, quando os efeitos serão estendidos aos demais órgãos e entidades do Estado;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por prazo não superior a 5 (cinco) anos;

e) Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

§ Segundo: Na aplicação das penalidades será considerada as circunstâncias do artigo 160 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

§ Terceiro: A reincidência se caracteriza com a repetição de infração de igual natureza, cometida após a aplicação da sanção anterior, em qualquer contrato firmado com o Tribunal de Justiça, e será apurada no período máximo de cinco anos.

§ Quarto: Os casos de ressarcimento dos prejuízos pela contratada, com a mitigação dos danos resultantes da infração, poderão ensejar a redução da(s) penalidade(s) pelo descumprimento contratual em metade até a instauração do processo administrativo de apuração da irregularidade e de até ¼ após a instauração até a decisão final.

- § Quinto:** A mora no cumprimento de obrigações contratuais independe de notificação da contratada (*dies interpellat pro homine*), salvo previsão expressa.
- § Sexto:** O cumprimento parcial da parcela em atraso reduzirá proporcionalmente a base de cálculo da penalidade de multa.
- § Sétimo:** A sanção de advertência, suspensão e inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com as penas de multa.
- § Oitavo:** As sanções de multa moratória não serão cumuladas com a pena de multa prevista para o caso de rescisão contratual, quando a rescisão decorrer da própria mora.
- § Nono:** As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- § Décimo:** Poderá configurar a inexecução total da obrigação e a aplicação da penalidade prevista no item 6 da tabela abaixo, sem prejuízo de eventual indenização pela contratada derivada de perdas e danos causados a este Tribunal de Justiça (decorrente das infrações cometidas), quando:
- a) A execução do objeto contratado for inferior a 50% (cinquenta por cento) do total;
 - b) Houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas;
 - c) O atraso na execução ultrapassar o prazo limite de 30 (trinta) dias corridos e não houver o interesse da Administração do Tribunal de Justiça em manter a contratação.
 - d) O descumprimento parcial prejudicar a solução como um todo;
- § Décimo Primeiro:** A rescisão do contrato dependerá de análise de oportunidade e conveniência do Tribunal de Justiça.
- § Décimo Segundo:** Sem prejuízo das demais penalidades, as de multa serão aplicadas conforme detalhamento constante da tabela abaixo:

	CONDUTA	PENALIDADE
01	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, quando não haja previsão de conduta específica;	<u>Primeira vez:</u> Advertência <u>Segunda vez e seguintes:</u> Multa de 0,1% a 1% do valor do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação, limitado ao máximo de 10% do valor global do contrato;
02	O não cumprimento de cláusulas contratuais, quando não haja previsão de conduta específica; ou O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;	Multa de 0,1% a 2% do valor do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação, limitado ao máximo de 10% do valor global do contrato;

03	O atraso injustificado na prestação do serviço e/ou a paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração, quando não haja previsão de conduta específica;	Multa de 0,1% a 3% do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 10% do valor global (conforme contratação) do contrato, de modo que o atraso superior a 30 (trinta) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato, incidindo, nesse caso, unicamente a multa do item 7 desta Tabela.
04	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa; ou Agir de má-fé na relação contratual; ou Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o contrato;	Multa de 0,5% a 10% do valor do contrato.
05	Abandonar a execução do contrato ou incorrer em inexecução total contratual quando não haja previsão de conduta específica; ou Tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; ou Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica definidas na Lei Federal nº 8.158/1991; ou Tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei; ou A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou	Multa de 1% a 10% do valor global do contrato.

	incorporação, não admitidas no edital e no contrato; ou A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;	
06	Descumprimento ou inexecução total do contrato/obrigações que gere a rescisão contratual.	Multa de 5% a 20% sobre o valor global do contrato, sem prejuízo de eventual indenização pela contratada, derivada de perdas e danos causados ao Tribunal de Justiça decorrente das infrações cometidas;

§ Décimo Terceiro: Caso a Contratada incorra em uma das condutas elencadas na presente Cláusula, será instaurado procedimento administrativo autônomo para apuração da irregularidade a aplicação de sanções, onde será assegurada a ampla defesa e o contraditório, observado o disposto nos artigos 161 e 162 da Lei Estadual nº 15.608/07 e o Decreto Judiciário nº 711/11 e alterações posteriores.

§ Décimo Quarto: *As intimações serão feitas preferencialmente por meio eletrônico, no SISTEMA SEI, nos termos do Decreto nº 711/2011.*

§ Décimo Quinto: Após a regular tramitação do procedimento descrito no caput e, havendo a aplicação da penalidade de multa, a empresa será notificada para o pagamento.

§ Décimo Sexto: Transcorrido o prazo para o pagamento da multa sem o seu adimplemento o Tribunal de Justiça poderá compensar o valor devido com qualquer crédito existente nesta ou em outra contratação.

§ Décimo Sétimo: Qualquer multa ou encargo imputado à contratada, não pago no prazo concedido pela Administração, será inscrito no CADIN Estadual e em Dívida Ativa do Estado e cobrado com base na Lei Federal nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IPC-FIPE ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

§ Décimo Oitavo: As disposições da Cláusula de Penalidades não excluem a responsabilização da contratada por eventuais atos lesivos previstos na Lei Federal nº 12.846/13 e demais legislações, bem como a responsabilidade de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrente da conduta.

DA CESSÃO DE DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A CONTRATADA cederá os direitos patrimoniais, inclusive os direitos autorais, decorrentes da realização do objeto da presente licitação, para o fim da Administração utilizá-los a seu critério, nos termos do disposto no artigo 21, § 2º da Lei Estadual nº 15.608/2007, e no artigo 111 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que lhe assista qualquer direito de indenização referente a esta cessão.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: A despesa decorrente da execução do presente contrato ficará à conta da dotação orçamentária do exercício de 2021, estando os valores correspondentes à execução do presente objeto, devidamente empenhados através

do sub-elemento 4.4.90.51.01, conforme Nota de Empenho nº xxxxxxxxxxxx, emitida pelo Departamento Econômico e Financeiro – DEF em xxxxxxxxxxxxxxxx.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Aos casos não expressamente regulados pelo presente contrato, aplicar-se-ão as disposições da Lei Estadual nº 15.608/07 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e o Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406, de 10.01.02), assim como a legislação complementar pertinente.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: O presente contrato terá vigência de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura.

§ Primeiro: O presente instrumento será automaticamente extinto com a lavratura do Termo de Entrega e Recebimento Definitivo dos Serviços e mediante quitação de todos os haveres referentes à Contratação.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias eventualmente surgidas durante a execução da obra ou em decorrência do presente contrato.

Este contrato, que terá seu extrato publicado no “DIÁRIO DA JUSTIÇA” do Estado do Paraná, só se tornará perfeito e acabado, entrando em vigência, após cumpridas as formalidades legais.

E por estar assim justo e contratado, depois de lido e achado conforme, vai este Termo devidamente assinado pelos representantes das partes inicialmente nomeadas, juntamente com duas (02) testemunhas, como adiante se vê.

Xxxxx
Presidente do Tribunal de Justiça

Xxxxx
Empresa

TESTEMUNHAS:

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

ANEXO DO CONTRATO - METODOLOGIA PARA CONCESSÃO DE ADITIVOS E PRORROGAÇÃO DE PRAZO**1. DO PROTOCOLO DE SOLICITAÇÕES DE PAGAMENTOS E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.**

Todas as solicitações formais, como solicitações de pagamento, análises, justificativas e aditivos de prazo ou de valor, alterações de cronograma, ou quaisquer outras que impliquem em alteração contratual, deverão ser protocolizadas no protocolo geral do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para posterior encaminhamento ao Gestor do Contrato para conhecimento, análise e devido encaminhamento.

O protocolo deve ser endereçado ao Departamento de Engenharia e Arquitetura e realizado no seguinte endereço eletrônico: <https://portal.tjpr.jus.br/portletforms/publico/frm.do?idFormulario=1491>.

A fiscalização técnica não está autorizada a receber ou analisar solicitações encaminhadas de outra forma e não se responsabiliza por solicitações realizadas de outra forma. É de responsabilidade da empresa Contratada realizar o protocolo pela via formal indicada e TEMPESTIVAMENTE, conforme indicado no item 2. abaixo.

2. DA NECESSIDADE DE ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ADITIVOS CONTRATUAIS DE SERVIÇOS, VALOR E DE PRAZO

É de responsabilidade da empresa Contratada solicitar aditivos de prazo ou de valor sempre que a fiscalização técnica indicar alguma alteração no desenvolvimento do projeto que a Contratada entenda não fazer parte do seu escopo original ou que entenda demandar mais prazo que o estipulado originalmente no contrato, TEMPESTIVAMENTE, no prazo de 5 dias úteis da solicitação de alteração por parte da fiscalização ou do fato superveniente que, no entendimento da Contratada, acarretará na necessidade de aditivo de valores, de prazo ou outra alteração contratual.

Solicitações intempestivas não serão analisadas.

As solicitações realizadas tempestivamente serão analisadas pela fiscalização técnica e pelo Gestor do Contrato, opinando pelo seu deferimento ou indeferimento pela Diretoria DEA e pelo Ordenador de Despesas.

**ANEXO XI – TERMO DE REFERÊNCIA, PLANILHA REFERENCIAL DESONERADA,
CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO, TERMO DE NOMEAÇÃO E DEMAIS
DOCUMENTOS**

- Os elementos técnicos estarão disponíveis para *download* no *site* do Tribunal de Justiça, www.tjpr.jus.br – “Licitações” - “Editais” - “Anexos dos editais” ou através do endereço eletrônico <https://www.tjpr.jus.br/editais>.
- A responsabilidade pela impressão dos ELEMENTOS TÉCNICOS é da empresa licitante.